

Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas

ENICC

RCM n.º 25/2013 de 27 de março

Relatório de execução

2016

Índice

1. Sumário	4
2. Sobre o Relatório	7
2.1 Enquadramento	7
2.2 Processo de Monitorização	7
2.3 Produção do relatório	8
3. Principais ações implementadas	11
3.1 No Eixo Transversal	11
3.1.1 Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG)	11
3.1.2 Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG)	12
3.1.3 Ações de formação e campanhas de sensibilização de combate à discriminação	14
3.1.4 Ações de capacitação, associativismo e gestão de projetos	14
3.1.5 Atribuição de apoios financeiros a associações ciganas	16
3.1.6 Fundo de Apoio à Estratégia Nacional (FAPE)	16
3.1.7 Ações de sensibilização e formação sobre história e cultura ciganas, bem como sobre a situação das comunidades ciganas em Portugal e na Europa	19
3.1.8 Ações desenvolvidas pela Segurança Social, nomeadamente Centros Locais de Ação Social	19
3.2 No eixo da Educação	20
3.2.1 Mobilização da Escola para o aumento dos índices de Escolarização através da sensibilização para a interculturalidade	20
3.3 No eixo da Habitação	21
3.3.1 Atualização do conhecimento das condições habitacionais das comunidades ciganas	21
3.3.2 Construção de um instrumento de promoção da igualdade nas políticas de habitação social	22
3.3.3 Medidas de qualificação das zonas habitacionais onde residem elementos das comunidades ciganas	22
3.4. No Eixo do Emprego e Formação	23
3.4.1 Sinalização e encaminhamento para medidas de formação e/ou emprego	23
3.4.2 Formação para os técnicos do IEFP	24
3.5. No Eixo da Saúde	24
3.5.1 Ações de Formação/informação sobre educação para a saúde e serviços disponíveis	24
3.5.2 Ações de prevenção e sensibilização na área da saúde	24
4. Execução Global da Estratégia	27

4.1 Descrição da execução relativa ao ano 2016.....	27
4.2 Descrição da execução acumulada 2013-2016	29
4.3 Sobre as Taxas de execução e de concretização da ENICC	31
4.4. Sobre as Metas e Prioridades atingidas	32
4.5 Considerações finais	37

Sumário

1. Sumário

A 5 de abril de 2011, a Comissão Europeia através da sua comunicação “Um quadro europeu para as estratégias nacionais de integração dos ciganos até 2020” - COM (2011) 173, convidou os Estados-Membros a desenhar estratégias nacionais ou conjunto integrado de medidas a favor da integração das comunidades ciganas, fazendo uso dos instrumentos existentes, em torno de quatro áreas fundamentais – Habitação, Saúde, Educação e Emprego. Este passo constituiu um momento decisivo rumo à criação de planos nacionais para as comunidades ciganas por toda a Europa, nomeadamente Portugal.

A Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), aprovada a 27 de março de 2013, Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, foi desenhada em torno dos quatro eixos referidos pela Comissão Europeia e ainda um quinto eixo, transversal, no âmbito do qual foram traçadas prioridades em áreas como a mediação, valorização das história e cultura ciganas, combate à discriminação, igualdade de género, entre outras. A Estratégia resulta do contributo de vários ministérios, municípios, organizações da sociedade civil, associações e representantes das comunidades ciganas, centros de estudos e peritos, entre outros, prevendo 40 prioridades e 148 metas.

Face à necessidade de acompanhar o processo de implementação da ENICC, foi desenvolvido um mecanismo de monitorização e reporte, por forma a identificar e corrigir, em tempo útil, eventuais desvios à planificação estabelecida em sede de aprovação da Estratégia. Deste modo, o mecanismo de monitorização dos indicadores da ENICC prevê que, a cada ação, cada Ponto Focal registre a informação sobre essa ação em formulário próprio, alimentando o quadro de monitorização da Estratégia.

O presente relatório foi produzido pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM), responsável pelo acompanhamento e monitorização da ENICC, documentando e sistematizando o conjunto de ações desenvolvidas e reportadas pelos Pontos Focais da Estratégia, em 2016, que concorreram para a execução das medidas e metas da Estratégia.

A informação que se apresenta foi recolhida entre janeiro e março de 2017, tendo sido recolhida informação quantitativa e qualitativa, relativa ao ano de implementação em análise - de 01/01/2016 a 31/12/2016 - tal como

prevê o dispositivo de monitorização aprovado em reunião alargada de Pontos Focais da Estratégia, a 12 de Fevereiro de 2014.

Tal como foi anunciado pelo ACM a 08/04/2016¹, em 2016, de acordo com a informação recolhida junto dos Pontos Focais da Estratégia e em resultado da implementação das Prioridades e Medidas previstas, foram reportadas um total de 605 ações, tendo sido, na sua generalidade, realizadas ao abrigo dos eixos Transversal (cerca de 39,7% do total de ações reportadas) e da Saúde (cerca de 38% das ações reportadas).

Se tivermos em conta a execução acumulada entre os anos 2013 e 2016, ou seja, toda a execução reportada até ao momento pelos vários Pontos Focais da ENICC, foram reportadas 1173 ações neste período. Neste sentido, observa-se que continua a ser o Eixo Transversal aquele que oferece um maior contributo em termos do número de ações, representando 49,4% do total das ações desenvolvidas.

Quando considerados os dados globais de execução da ENICC até ao momento, observa-se que a taxa de concretização das metas da Estratégia, confrontando o número de metas esperado e o número de metas já concretizadas ou em concretização entre 2013-2016, é de 94,1%.

A execução observada no âmbito do Eixo Transversal contribuiu, em larga medida, para a elevada execução da ENICC, registando este eixo uma execução de 275,1%, ou seja, uma execução superior ao esperado, sendo que a criação do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional (FAPE) foi determinante para este resultado.

¹ <http://www.acm.gov.pt/-/acm-publica-balanco-preliminar-da-enicc>

Sobre o relatório

2. Sobre o Relatório

2.1 Enquadramento

A 5 de Abril de 2011, na sua comunicação intitulada “Um quadro europeu para as estratégias nacionais de integração dos ciganos até 2020”, reforçada pelo Conselho de 19 de maio de 2011, a Comissão Europeia exortou os Estados-Membros da União Europeia a desenhar estratégias nacionais ou conjunto integrado de medidas a favor da integração das comunidades ciganas, fazendo uso dos instrumentos existentes².

É neste contexto que a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) é aprovada, Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013 de 27 de março,³ cabendo a sua coordenação ao Alto Comissariado para as Migrações (ACM), anteriormente designado Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

A ENICC foi construída com o contributo das instituições responsáveis pelas diversas áreas que compõem a Estratégia – Educação, Habitação, Saúde e Emprego, assumindo estas, posteriormente, o papel de Pontos Focais da ENICC, ou seja, instituições responsáveis pela execução das medidas previstas e colaboração no reporte do conjunto de indicadores definidos.

2.2 Processo de Monitorização

Sendo a ENICC um plano de ação até o ano 2020, em linha com as conclusões do Conselho da União Europeia de 19 de maio de 2011, que chama a atenção para a necessidade e importância da implementação de mecanismos de coordenação, monitorização e avaliação das estratégias nacionais, importou desenvolver um mecanismo de monitorização e reporte, por forma a identificar e corrigir, em tempo útil, eventuais desvios à planificação estabelecida pelo conjunto de pontos focais em sede de aprovação da Estratégia.

Assim, o ACM preparou e desenvolveu um mecanismo de monitorização dos indicadores da ENICC, aprovado em reunião alargada de pontos focais a 12/02/2014, centrado na responsabilidade de reporte das instituições envolvidas e que irá permitir monitorizar e registar, sistematicamente, todas as ações que são realizadas ao abrigo da Estratégia.

² <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011DC0173&from=EN>

³ http://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/RCM_ENNIC.pdf/8384c0f4-7c96-4979-90ba-73e5f565fd0b

O registo dos indicadores da ENICC e a informação que consta dos relatórios, conhecimento fundamental à produção de recomendações e ao processo de ajuste do plano, dependem, desta forma, do permanente e regular reporte de informação dos pontos focais.

O mecanismo de monitorização prevê que, a cada ação, cada ponto focal registe a informação correspondente em formulário próprio que alimenta o quadro de monitorização da Estratégia.

Anualmente, esta informação é recolhida e transmitida ao Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG), o qual poderá produzir um conjunto de recomendações que, quando devolvido aos pontos focais, dinamizadores das medidas/ações, será um elemento fundamental do eventual processo de ajuste da Estratégia.

O dispositivo de monitorização que está na base da elaboração do presente relatório, deve ser entendido como a principal ferramenta para a implementação de um processo de aprendizagem das instituições envolvidas e de criação de condições mais adequadas à concretização dos objetivos da Estratégia.

Os relatórios de execução surgem assim, não só como uma oportunidade de reflexão sobre os constrangimentos observados ao longo do processo de implementação da Estratégia e de identificação de eventuais soluções para os desvios encontrados, mas também como uma plataforma de apresentação dos progressos alcançados.

2.3 Produção do relatório

O relatório foi produzido pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM), responsável pelo acompanhamento e monitorização da ENICC, documentando e sistematizando o conjunto de ações desenvolvidas e reportadas pelos Pontos Focais da Estratégia, em 2016, que concorreram para a execução das medidas e metas da Estratégia.

A informação que se apresenta foi recolhida entre janeiro e março de 2017, tendo sido recolhida informação quantitativa e qualitativa, relativa ao ano de implementação em análise - de 01/01/2016 a 31/12/2016 - tal como

prevê o dispositivo de monitorização aprovado em reunião alargada de Pontos Focais da Estratégia, a 12 de Fevereiro de 2014.

Os resultados apresentados refletem, para o período definido, a execução global da Estratégia e os respetivos contributos de cada parceiro responsável por cada um dos Eixos, mas também o conjunto de constrangimentos e oportunidades do contexto de implementação a que cada um desses parceiros esteve exposto.

Assim, ainda que o relatório de execução e a sistematização da informação da Estratégia seja da responsabilidade do ACM, a execução reportada, apresentada em cada Eixo, é da responsabilidade de cada um dos Pontos Focais da ENICC responsáveis por cada uma das prioridades.

Para além da análise à execução anual da ENICC relativa a 2016, foi ainda necessário, como prevê a Estratégia, tratar a informação agregada e acumulada desde 2013, ano da sua aprovação e arranque por forma monitorizar o grau de cumprimento geral das metas definidas.

Deste modo, o relatório está organizado em duas grandes partes, uma primeira que sistematiza o trabalho desenvolvido pelos diferentes responsáveis pela implementação da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, no ano de 2016, de caráter mais qualitativo, e uma segunda parte que procura dar conta dos níveis de concretização e execução da Estratégias para o ano de 2016 e para o acumulado desde 2013, o que corresponde a metade do período previsto para a sua implementação de 2013 a 2020.

Principais ações implementadas

(desde o início da estratégia)

3. Principais ações implementadas

3.1 No Eixo Transversal

3.1.1 Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG)

(Prioridade 1 - Criar um Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas)

Criado a 24 de junho de 2013, o Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG), é composto por representantes de sete Ministérios, dos Governos Regionais da Madeira e Açores, dos Municípios e Freguesias, de organizações da sociedade civil e associações ciganas, de cidadãos de reconhecido mérito e de representantes de investigação com trabalho relevante sobre as comunidades ciganas a designar pelo Alto-comissário.

O CONCIG tem como principais objetivos a apreciação da situação das comunidades ciganas em Portugal, de uma forma geral, e do progresso da implementação da ENICC, produzindo recomendações ao conjunto dos parceiros responsáveis pela execução das várias medidas previstas – Pontos Focais.

O Grupo Consultivo apresenta-se assim como uma plataforma abrangente e multissetorial para discussão da situação e integração das comunidades ciganas em Portugal e da implementação da Estratégia Nacional, envolvendo todos os setores da sociedade e todas as áreas de atuação, particularmente relevantes para a integração das comunidades ciganas.

Até ao momento já se realizaram nove reuniões do CONCIG, tendo sido realizadas em 2016 duas reuniões - a 5 de julho de 2016 e a 8 de novembro de 2016. A 8ª reunião correspondeu à tomada de posse dos conselheiros eleitos para o triénio 2016-2018. No âmbito da 9ª reunião foi apresentada a nova equipa do GACI – Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas, o balanço geral da implementação da ENICC 2013-2016, sistematizado no relatório de atividade da ENICC 2015, foram apresentados os 21 Projetos FAPE (Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas) 2016 e, finalmente, as principais atividades do Gabinete desenvolvidas ao longo de 2016. Para a 9ª reunião do CONCIG, em novembro de 2016, foi convidado o Coordenador do OBCIG para apresentar os resultados da *Atualização dos dados do Estudo Nacional sobre Comunidades Ciganas* (os mesmos

podem ser consultados na revista nº 5 do ACM, disponível em:
https://issuu.com/acmemrevista/docs/acm_emrevista_5_digital)



Fig. 1 – 9ª Reunião do CONCIIG, 8 de novembro

3.1.2 Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG)⁴

(Prioridade 2 - Realizar um estudo nacional, de carácter transversal, que permita conhecer a situação social, económica e cultural das comunidades ciganas e promover diversos estudos no âmbito das ciências sociais)

O Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG) tem a missão de estudo e acompanhamento estratégico e científico das comunidades ciganas em Portugal, enquadrando-se na Prioridade 2 do Eixo Transversal da “Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013 – 2020”. Sob a coordenação científica do Doutor Carlos Jorge dos Santos Sousa, as principais atividades implementadas pelo OBCIG, em 2016, traduziram-se em:

- Avaliação interna e intercalar do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (FAPE - ENICC 2015) – processo desenvolvido no período compreendido entre novembro de 2015 e março de 2016, destacando-se a realização de 11 entrevistas com os/as representantes de cada projeto, uma sessão de balanço coletivo com todos os projetos, conselheiros/as científicos/as e GACI e uma entrevista com a coordenação do GACI;

⁴ <http://www.obcig.acm.gov.pt/>

- Realização do encontro temático “Diálogos em Itinerância – Portugueses Ciganos”, alusivo ao tema “O cigano como o «Outro»: entender as diferenças com Richard Zimler”, no dia 24 de maio de 2016, no Auditório Isabel Alves da Costa, no Teatro Municipal Rivoli, no Porto, o qual contou com a participação de, aproximadamente, 130 pessoas;



Figs. 2 e 3 - “Diálogos em Itinerância – Portugueses Ciganos”, Porto, 24 de maio

- Produção de um relatório com os resultados obtidos junto dos municípios portugueses, para edição numa separata da do “ACM em Revista” e apresentação pública dos dados na reunião do CONCIG (8 de novembro);
- Seleção e emissão de um parecer favorável à edição da tese de doutoramento de Alexandra Castro, com o título “Na Luta pelos Bons Lugares. Ciganos, visibilidade social e controvérsias espaciais”, no número 9 da “Coleção Olhares”;
- Apoio científico às pessoas ou organizações interessadas e disseminação de estudos, teses e outras publicações sobre as comunidades ciganas, através de contactos estabelecidos presencialmente ou via *e-mail*, e da participação em encontros de cariz diverso, nomeadamente, nos seminários “Comunidades Ciganas: Incluir para Crescer” (Núcleo Distrital de Vila Real da EAPN Portugal - Vila Real, 27 de abril), “Educação Permanente em Tempo de Mudança: Saber para Transformar” (APCEP - Lisboa, 30 de abril) e “Comunidades Ciganas: práticas e desafios” (Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal - Viseu, 6 de dezembro), bem como na apresentação do livro “Sina Social Cigana. História, Comunidades, Representações e Instituições”, da autoria de Manuel Carlos Silva e colaboradores/as (Braga, 10 de março);
- Organização de um Grupo Focal dinamizado pela conselheira científica Emília Martins, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu, em Viseu (20 de janeiro).

3.1.3 Ações de formação e campanhas de sensibilização de combate à discriminação

(Prioridade 3 – Promover o combate à discriminação e sensibilização da opinião pública)

No que respeita ao combate à discriminação e sensibilização da opinião pública, é possível dar conta de um vasto conjunto de iniciativas levadas a cabo pelo ACM e outras organizações públicas e da sociedade civil, nomeadamente a realização de ações de formação e sensibilização através do Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI) e da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), com vista à sensibilização de públicos diversificados na área do combate à discriminação, designadamente, técnicos de serviços públicos e de organizações da sociedade civil e a realização de campanhas de combate à discriminação junto da opinião pública, como a iniciativa *Não Engolimos Sapos*, uma campanha de sensibilização dos proprietários de lojas com sapos na montra, com vista à sua retirada, que resultou na visita a 44 estabelecimentos comerciais em Braga, Figueira da Foz, Gondomar, Lisboa e Porto.

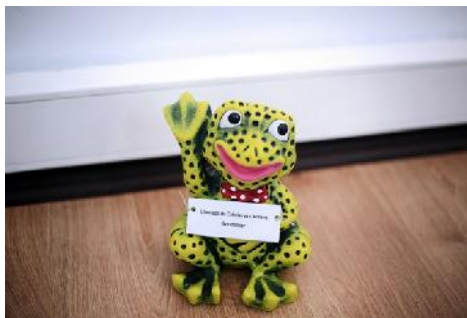


Fig. 4– Sapo retirado da montra de uma loja pelo seu proprietário e exibido na exposição “Não engolimos Sapos” no CNAIM de Lisboa, outubro de 2016

3.1.4 Ações de capacitação, associativismo e gestão de projetos

(Prioridade 5 – Incentivar à participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania)

Reconhecendo a importância de capacitação e mobilização das comunidades ciganas, nomeadamente dos jovens ciganos, bem como da sociedade civil em geral, o Alto Comissariado para as Migrações, junto com o Programa Escolhas, no âmbito da ENICC e das Prioridades 5 - *Incentivar à participação das comunidades ciganas enquanto exercício de cidadania* e 6 - *Apoiar iniciativas/projetos de organizações da sociedade civil e da Academia*, desenvolveu o Programa de Capacitação Mais Líderes - Jovens Cigan@s, de forma a estimular a emergência e o

desenvolvimento de ideias inovadoras mas sustentáveis, que contribuam para a resolução de problemas sociais que afetam particularmente as comunidades ciganas.

O objetivo da iniciativa foi a criação de um grupo de jovens líderes, oriundos de comunidades ciganas, com o objetivo de desenvolver um percurso de capacitação (informação/sensibilização/formação) que:

4. Forneça conhecimento sobre os órgãos de soberania, tendo em vista o pleno exercício de direitos e deveres;
5. Promova uma reflexão sobre a situação atual dos(as) jovens ciganos/as, visando construtivamente contributos para a definição de medidas de política pública mais adequadas às necessidades e potencialidades das comunidades ciganas, nomeadamente no apoio à tomada de decisão pelo Alto-Comissário para as Migrações;
6. Capacite os jovens participantes visando uma maior participação cívica e comunitária.

O grupo foi composto por 18 jovens, 12 elementos do sexo masculino e 6 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e percurso académico entre o 4º ano de escolaridade e o mestrado.

Tendo por base a partilha de experiências pessoais e profissionais de um grupo de jovens, oriundos de várias comunidades ciganas e de 12 distintos concelhos do país, foi desenvolvido um programa de capacitação, reflexão e debate onde foram potenciadas metodologias participativas através de diversas dimensões, como (i) Encontros subordinados a diferentes temas (ii) Formação/sensibilização subordinada aos temas definidos apresentada/dinamizada por peritos na área abordada (iii) Reflexão e debate dos temas abordados: problemas/fragilidades (iv) Reflexão e debate dos temas abordados: respostas/soluções (v) Implementação de um plano de ação, definido pelo grupo.

Ao longo do ano de 2016, para além da sessão de Abertura do Programa de Capacitação Mais Líderes-Jovens Cigan@s, que foi organizada na Presidência de Conselho de Ministros no dia 21 de julho, foram realizados três encontros presenciais de dois dias. O primeiro encontro realizou-se nos dias 16 e 17 de setembro, e abordou o tema de Cidadania e Participação Ativa, com uma visita de estudo à Assembleia da República. Os temas abordados do segundo encontro foram os Direitos Humanos e a Igualdade de Oportunidades e de Género, nos dias 5 e 6 de novembro. A terceira sessão de capacitação realizou-se nos dias 3 e 4 de dezembro, e foi ministrada pela Empresa Logframe, focada no tema da Construção e Planeamento de projetos.

O programa tem continuidade no ano de 2017, para qual estão previstas mais 2 sessões de formação.



Fig. 5 - Visita do grupo Mais Lideres à Assembleia da República

3.1.5 Atribuição de apoios financeiros a associações ciganas

(Prioridade 5 – Incentivar à participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania)

Uma das dimensões de intervenção no âmbito do Eixo Transversal é a educação para a cidadania da população cigana. Neste âmbito, destaca-se a Promoção de ações de formação para o associativismo e para a gestão de projetos junto das comunidades ciganas, tendo em vista a sua capacitação e promoção de cidadania ativa e a atribuição de apoio financeiro a projetos de associações ciganas, como à Sílabo Dinâmica – Associação Intercultural e à Associação de Mediadores Ciganos de Portugal (AMEC).

3.1.6 Fundo de Apoio à Estratégia Nacional (FAPE)

(Prioridade 6 – Apoiar iniciativas/projetos de organizações da sociedade civil e da Academia)

Criado em 2014, no âmbito da Prioridade 6 da ENICC – *Apoiar iniciativas/projetos de organizações da sociedade civil e da Academia*, o FAPE tem como objetivo criar condições de apoio a projetos de organizações da sociedade civil e suportar um conjunto diversificado de ações previstas na ENICC.

O balanço da execução do FAPE, em 2015, naquele que foi o seu ano experimental, foi francamente positivo e encorajador. A aposta na mobilização das organizações da sociedade civil e comunidades ciganas nas várias fases dos projetos, bem como a oportunidade que os projetos constituíram de captação de recursos e parceiros adicionais, revelou-se um fator determinante de sucesso dos projetos, apostando-se na sua continuidade para o ano de 2016.

Após o período de seleção de candidaturas foram apoiadas financeiramente 21 organizações, 4 delas associações ciganas, no valor total de 100.000,00€.



Fig. 6 - Cerimónia de Assinatura de Protocolos dos projetos FAPE 2016 a 17 de maio de 2016

Os projetos apoiados em 2016 centraram a sua atividade nas seguintes tipologias de intervenção:

- a) Ações de formação/sensibilização com vista ao combate da discriminação das comunidades ciganas e à promoção do diálogo intercultural entre estas e a sociedade maioritária;
- b) Ações centradas na promoção da igualdade de género e/ou conciliação da vida profissional, pessoal e familiar;
- c) Ações de formação para formadores ciganos na área da história e cultura ciganas, associativismo e participação comunitária;
- d) Ações/iniciativas de promoção de atividades económicas e empreendedoras.

Com a implementação do FAPE em 2016 foi possível atingir os seguintes resultados:

1. Realização de 39 ações de formação/sensibilização com vista ao combate da discriminação das comunidades ciganas e à promoção do diálogo intercultural entre estas e a sociedade majoritária, para 807 participantes, num total de 346 horas de formação/sensibilização;
2. Operacionalização de 23 ações centradas na promoção da igualdade de género e/ou conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, em que participaram 304 pessoas, num total de 372 horas de formação;
3. Implementação de 6 ações de formação para formadores ciganos na área da história e cultura ciganas, associativismo e participação comunitária, que contou com num total de 62 participantes para 105 horas de formação;
4. Concretização de 13 ações/iniciativas de promoção de atividades económicas e empreendedoras para um total de 58 participantes, num total de 426 horas de formação.

Para além disso, foram ainda realizadas outras iniciativas (66), tais como Seminários, Documentários, Exposições, elaboração de um Kit Pedagógico para aplicação em Escolas do 1.º ciclo, entre outras, contabilizando cerca de 5000 visitantes.

Importa referir que o FAPE 2016 representou um grande contributo para o reforço e execução da Estratégia Nacional, nomeadamente para um vasto conjunto de prioridades de diferentes eixos de intervenção e que de seguida se apresentam.

No Eixo Transversal:

- Prioridade 3 - Promover o combate à discriminação e sensibilização da opinião pública;
- Prioridade 5 - Incentivar à participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania;
- Prioridade 7 - Valorização da história e cultura ciganas;
- Prioridade 8 - Enquadrar os valores familiares ciganos nos princípios e valores da sociedade portuguesa;
- Prioridade 12- Promover a formação de mediadores socioculturais ciganos.

No Eixo da Educação:

- Prioridade 23 - Garantir o acesso à Aprendizagem ao longo da Vida.

No Eixo da Formação e Emprego:

- Prioridade 35 - Revitalizar as atividades tradicionais das comunidades ciganas para a sua integração socioprofissional;

- Prioridade 36 - Desenvolver ações de informação / sensibilização e de divulgação de boas práticas.

No Eixo da Saúde:

- Prioridade 38 - Contribuir para ganhos em saúde das comunidades ciganas, apostando na prevenção.

3.1.7 Ações de sensibilização e formação sobre história e cultura ciganas, bem como sobre a situação das comunidades ciganas em Portugal e na Europa

(Prioridade 7 - Valorização da história e cultura ciganas)

No âmbito da atividade do Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI) e da Bolsa de formadores do ACM, em 2016, e no que respeita à valorização da história e cultura ciganas verificou-se a implementação de um volume considerável e diversificado de ações, designadamente: promoção da comemoração e divulgação de datas relevantes, nomeadamente o Dia Internacional dos Ciganos e o Dia Nacional do Cigano; a realização de um volume considerável de ações de formação e sensibilização dirigidas a públicos variados com o objetivo de dar a conhecer a história e cultura ciganas, bem como a situação das comunidades ciganas de uma forma geral, por forma a estimular práticas de técnicos e organizações mais ajustadas às características sociais e culturais das comunidades ciganas. Estas ações foram ministradas junto de docentes, funcionários (as) autárquicos (as) e técnicos(as) de centros distritais da Segurança Social e assumem particular importância por permitirem a sensibilização e capacitação dos(as) profissionais e promover práticas dos serviços públicos mais ajustadas à diversidade cultural.

Por outro lado, no âmbito dos projetos FAPE 2016, 7 dos 21 projetos apoiados promoveram ações diversificadas neste domínio, complementando a atuação do ACM a este nível e contribuíram para a elevada execução que se verifica na Prioridade 7, cuja meta para o período 2013-2020 “*Realização de 20 formações em história e cultura ciganas*” já se encontra concretizada desde 2015 (todavia, dada a sua importância, continuará a ser aprofundada nos anos seguintes).

3.1.8 Ações desenvolvidas pela Segurança Social, nomeadamente Centros Locais de Ação Social

Na dimensão Segurança Social do Eixo Transversal, concretamente no âmbito da Prioridade 15, é importante destacar a representação de 8 associações em 6 Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) da Rede Social e o recurso

a mediadores de etnia cigana em 14 distritos, pelo Instituto da Segurança Social, Protocolos de RSI (Rendimento Social de Inserção), Acordos Atípicos e Serviços de Atendimento de Ação Social/Redes Locais de Intervenção Social (SAAS/RLIS)

Importa igualmente destacar a realização do “Estudo exploratório longitudinal de pessoas ciganas beneficiárias de medidas de Ação social/RSI”



Fig.7 – Logotipo do ISS, I.P.

3.2 No eixo da Educação

3.2.1 Mobilização da Escola para o aumento dos índices de Escolarização através da sensibilização para a interculturalidade (Prioridade 20. Aumentar os índices de escolarização, garantindo que todas as crianças ciganas completem a escolaridade obrigatória)

No âmbito da iniciativa conjunta da Direção-Geral da Educação (DGE) e do Alto Comissariado para as Migração (ACM, I.P.) foi criado, em 2012, o distintivo **Selo Escola Intercultural** que visa distinguir as Escolas que se destacam no desenvolvimento de projetos que promovem o reconhecimento e a valorização da diversidade como uma oportunidade e fonte de aprendizagem para todos, tendo sido valorizadas as candidaturas de escolas que apresentem projetos relevantes no que respeita à inclusão dos alunos ciganos.

No âmbito desta iniciativa, em 2016 foi realizada uma ação de formação dirigida às escolas que participaram na 3ª edição do Selo Intercultural, na qual participaram 12 estabelecimentos de educação e ensino e foi implementada a 4ª edição do Selo Escola Intercultural na qual participaram 32 estabelecimentos de educação e ensino de Portugal Continental.

No âmbito desta prioridade foi também realizado o VI Ciclo de cinema sobre os direitos das crianças, organizado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) da área de Almada, com a colaboração do Plano Nacional de Cinema (PNC), o qual integrou as seguintes atividades:

- Projeção do filme de curta-metragem “Rhoma Acans” de Leonor Teles;
- Participação em mesa redonda de representantes da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), Direção Geral de Educação (DGE), Plano Nacional de Cinema (PNC) e Associação de Mulheres Ciganas de Portugal (AMUCIP).

Neste ciclo participaram elementos da Direção Geral de Educação, professores, alunos, representantes do poder local, técnicos de ação social, psicólogos, animadores sociais, assistentes sociais, mediadores, pais e encarregados de educação, diretores de Centro de formação de Associações de Escolas (CFAE) e público em geral.

3.3 No eixo da Habitação

3.3.1 Atualização do conhecimento das condições habitacionais das comunidades ciganas

(Prioridade 26. Melhorar o conhecimento da situação habitacional das comunidades ciganas)

Na sequência do estudo realizado sobre as condições habitacionais das comunidades ciganas em 2014⁵, foi realizado pelo IHRU, I. P. em 2016, um exercício de confirmação dos dados de acordo com as conclusões apuradas do “Estudo de Caracterização das Condições de Habitação das Comunidades Ciganas residentes em Portugal”. Neste âmbito foram selecionados e contactados um conjunto de municípios, (aqueles já sinalizados com um maior número de famílias em habitações não clássicas), no sentido de aferir se as situações de precariedade habitacional entre a comunidade cigana se mantinham. A resposta foi afirmativa em todos os casos.

Complementarmente, procedeu-se a um cruzamento entre dados dos últimos Censos (2011), do “Estudo de Caracterização das Condições de Habitação da Comunidade Cigana em Portugal” e ainda do Inquérito de Caracterização da Habitação Social (ICHS, 2013), a fim de esclarecer mais detalhadamente quais os municípios que apresentam as situações mais problemáticas em matéria de precariedade habitacional.

⁵ Estudo disponível em http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/publicacoes/documentos/caraterizacao_condicoes_habitacao.pdf

Decorrente desta análise e de uma apreciação da informação facultada pelos municípios (plantas, fotografias ou outros elementos) em sede de preenchimento de inquérito de caracterização das condições de alojamento, foram georreferenciadas por recurso ao Google Earth, um conjunto de situações as quais permitiram elaborar um conjunto de fichas capazes de ilustrar as distintas situações de precariedade habitacional que ainda persistem em Portugal, as quais abrangem diferentes tipos de alojamento não clássicos (barracas, caravanas, pré-fabricados).

3.3.2 Construção de um instrumento de promoção da igualdade nas políticas de habitação social

(Prioridade 27. Reforçar, no quadro nas políticas de habitação, as práticas promotoras da integração das comunidades ciganas)

No âmbito da promoção de igualdade no acesso às políticas de habitação social foi aprovado a Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015, de 15 de julho, onde consta a Estratégia Nacional para a Habitação, a qual prevê um conjunto de medidas direcionadas para este tipo de população.

A publicação e divulgação desta Estratégia são entendidas como um documento referencial para os Municípios no que respeita às *guide lines* para este setor, adequando-se e respeitando às especificidades territoriais e populacionais.

A implementação da Estratégia prevê a concretização da seguinte medida respeitante às comunidades Ciganas: Promover a integração de minorias étnicas e de imigrantes e a melhoria das suas condições de alojamento. Da qual decorrem duas fundamentais ações:

- Integrar as necessidades de realojamentos destas comunidades (imigrantes, minorias étnicas e/ou comunidades ciganas) no programa de realojamento a desenvolver;
- Disponibilizar habitações sociais que estejam devolutas para a realização de realojamento.

3.3.3 Medidas de qualificação das zonas habitacionais onde residem elementos das comunidades ciganas

(Prioridade 28. Adequar as respostas habitacionais e qualificar os espaços de realojamento)

No âmbito da Medida 28.1 Qualificar a imagem, as habitações e as infraestruturas dos bairros das comunidades ciganas, em 2016 foi concluída a intervenção de grande reabilitação em fogos do IHRU, localizados no Município

do Porto, Freguesia de Paranhos. Esta operação beneficiou 160 fogos, nos quais residem 20 agregados familiares de etnia cigana.

Relativamente à Medida 28.2. Promover respostas habitacionais que favoreçam a integração e evitem a segregação territorial, em 2016 foram realizadas diversas intervenções no património do IHRU, a partir do qual resultaram alguns casos de atribuição de fogos a agregados familiares das comunidades ciganas, de acordo com a dimensão e necessidades de agregados familiares.

3.4. No Eixo do Emprego e Formação

3.4.1 Sinalização e encaminhamento para medidas de formação e/ou emprego.

(Prioridade 30 - Promover um maior conhecimento das comunidades ciganas e Prioridade 32. Potenciar o acesso ao emprego por conta de outrem e à criação do próprio emprego)

Ao nível do Eixo do Emprego e Formação, em 2016 registaram-se avanços significativos face aos anos anteriores. Neste ano, foram sinalizados nos serviços 3159 candidatos das comunidades ciganas, os quais resultaram em 6027 intervenções e 2269 encaminhamentos para programas e medidas de emprego e formação, orientação profissional, e RVCC. Destes, 94% foram encaminhamentos para modalidades de formação profissional



Fig. 8 – Logotipo do IEFP, I.P.

Deste modo, verificam-se ainda os seguintes resultados atingidos pela ENICC neste domínio, ainda que não tenha sido possível retratar aqui o impacto das medidas existentes sobre todos os portugueses ciganos que efetivamente delas beneficiaram:

- Dos encaminhamentos efetuados junto de 2269 desempregados, foram integrados 997 candidatos em medidas de formação e 54 em medidas de emprego.
- Foram encaminhados para as medidas *Contrato Emprego-inserção* e *Contrato Emprego-inserção+* 89 candidatos, tendo sido integrados 38;
- Colocação de 2 candidatos em Estágios Emprego e integração de 4 jovens na medida Emprego Jovem Ativo, no âmbito da medida Garantia Jovem;

- Contratualização de 528 novos Planos Pessoais de Emprego com desempregados abrangidos pela ENICC;
- Após desencadeados os mecanismos necessários à integração dos candidatos sinalizados, foram apresentadas ofertas a 335 candidatos, tendo sido possível obter a colocação de 17 pessoas;
- Foram apresentadas 572 ofertas de emprego, tendo sido colocados 62 candidatos no mercado de trabalho como trabalhadores por conta de outrem.

3.4.2 Formação para os técnicos do IEFP

(Prioridade 31 - Capacitar os serviços e adequar respostas formativas às especificidades das comunidades ciganas)

Durante o ano de 2016 foi preparado pelo Instituto de Formação e Formação Profissional um referencial de formação contínua de formadores: “A formação profissional num contexto de diversidade cultural”, cuja conclusão e validação estava prevista para janeiro de 2017.

3.5. No Eixo da Saúde

3.5.1 Ações de Formação/informação sobre educação para a saúde e serviços disponíveis

(Prioridade 37 - Promover ações de formação/informação sobre educação para a saúde e serviços disponíveis)

No âmbito do trabalho desenvolvido pelas várias Administrações Regionais de Saúde, nomeadamente dos Agrupamentos de Centros de Saúde e Unidades de Saúde Pública, foram realizadas até ao momento um conjunto vasto de ações, no âmbito da ENICC, em todo o país e utilizando meios e materiais adaptados a estas comunidades, exclusivamente dirigidas às comunidades ciganas ou nas quais as comunidades ciganas fazem parte dos públicos abrangidos.

O elevado n.º de ações registadas⁶ permitiu concretizar a meta traçada para a Prioridade 38 já em 2015.

3.5.2 Ações de prevenção e sensibilização na área da saúde

(Prioridade 38 - Contribuir para ganhos em saúde das comunidades ciganas, apostando na prevenção)

⁶ Devido à dificuldade da Direção-Geral de Saúde na sinalização e reporte de todas as ações desenvolvidas no território nacional em 2013 e 2014, dificuldade corrigida em 2015 e 2016, o n.º de ações global apresentado acumula o n.º de ações de 2013 a 2016.

No âmbito da Prioridade 38 *“Contribuir para ganhos em saúde das comunidades ciganas, apostando na prevenção”*, em 2016, foram desenvolvidas um conjunto vasto de ações de informação/sensibilização sobre maternidade precoce, acompanhamento pediátrico, hábitos de alimentação saudáveis, com a colaboração dos serviços e organizações da sociedade civil que trabalham nesta área.

Execução Global da Estratégia

4. Execução Global da Estratégia

Os dados apresentados neste capítulo decorrem da análise da execução observada face à execução esperada para o ano de 2016, bem como da caracterização geral do conjunto de ações implementadas, até ao momento, ao abrigo da Estratégia Nacional e desde a sua aprovação, em 2013.

A informação que se apresenta foi recolhida entre janeiro e março de 2017, tendo sido recolhida informação quantitativa e qualitativa, relativa ao ano de implementação em análise - de 01/01/2016 a 31/12/2016 - tal como prevê o dispositivo de monitorização aprovado em reunião alargada de Pontos Focais da Estratégia, a 12 de Fevereiro de 2014.

Por outro lado, por forma a proceder uma análise da execução acumulada da Estratégia, num segundo momento, foram combinados os dados de execução de 2016 com os dados relativos ao exercício de reporte anterior de 2013-2014 e de 2015.

4.1 Descrição da execução relativa ao ano 2016

Em 2016, de acordo com a informação recolhida junto dos Pontos Focais da Estratégia e em resultado da implementação das Prioridades e Medidas previstas, foram reportadas um total de 605 ações, número superior ao do ano anterior.

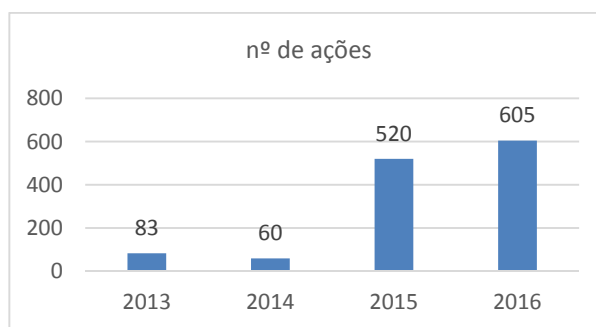


Fig.9 – Número de ações realizadas ao abrigo da ENICC

Importa relembrar que algumas das ações reportadas em 2016 correspondem ao período de 2013-2014, nomeadamente no Eixo da Saúde, dada a dificuldade na sua sinalização e levantamento aquando do exercício de

reporte relativo a esse período, o que explica a diferença exponencial entre o número de ações implementadas entre 2013, 2014, 2015 e 2016. Importa lembrar que esta diferença significativa se prende também como o arranque da implementação da Estratégia.

O Eixo Transversal continua a ser o Eixo com o maior peso no que diz respeito às ações desenvolvidas em 2016 (39,7%), contudo, o Eixo da Saúde assume um destaque quase semelhante (38%). Importa ressaltar, no respeitante às ações implementadas no Eixo da Saúde e reportadas, que as mesmas abrangem outros públicos que não exclusivamente a população cigana. São ações maioritariamente de informação e sensibilização abertas ao público utente do Sistema Nacional de Saúde no qual participaram elementos das Comunidades Ciganas.

Eixo	N.º	%
Transversal	240	39,7
Educação	13	2,1
Habituação	1	0,2
Emprego e Formação	121	20,0
Saúde	230	38,0
Total	605	100

Fig.10 – Percentagem e número de ações por Eixo relativas a 2016

No que diz respeito à tipologia das ações realizadas em 2016, destacam-se as “ações de formação ou ações/campanhas de sensibilização”, correspondendo a 39,7% das ações realizadas, sendo que este dado está claramente associado ao reporte concentrado deste tipo de ações na área da saúde acima referido.

O número crescente de pedidos para a realização de ações de formação e sensibilização nas áreas do combate à discriminação e valorização da história e cultura ciganas, para públicos diversificados, nomeadamente técnicos de serviços públicos e organizações da sociedade civil, mas também o perfil dos Pontos Focais responsáveis por este tipo de ações, combinados com o suporte e enquadramento oferecidos pelo financiamento de projetos ao abrigo do FAPE, favoreceu o maior dinamismo das medidas da Estratégia com esta tipologia.

Tal como seria de esperar, a tipologia de ação “Ações de Diagnóstico e de preparação”, ao contrário do peso elevado que tinha no arranque da Estratégia Nacional (2013-2014) por forma a preparar e a lançar as medidas mais estruturais da ENICC, assumiu um valor residual de 0,1%.

Importa destacar dois dados relativamente à evolução e alteração do peso de cada tipo de ação na implementação da ENICC no ano de 2016: verificou-se um aumento de ações de implementação e estabelecimento de parcerias de 6,14% em 2015 para 41,8%, que se prendem, nomeadamente, com os resultados obtidos ao nível do Eixo Transversal com a integração de crianças e jovens de etnia cigana em Projetos do Programa Escolhas e as medidas no âmbito do Eixo Emprego e Formação Profissional, com a integração de elementos de etnia cigana em Programas de Promoção do emprego; em segundo lugar, destacar o aumento das ações de 3,14% para 7,8% em 2016, das ações de criação de recursos, linhas de financiamento e apoio financeiro, para tal muito tendo contribuído a passagem de 11 projetos financiados no âmbito do FAPE em 2015, para 21 projetos em 2016.

Tipologia de ações	%
Formação/sensibilização/campanhas	47,9
Implementação/parcerias	41,8
Criação de recursos/linha de financiamento	7,8
Disseminação/divulgação	2,0
Diagnóstico/preparação	0,1
Outras	0,4
Total	100

Fig. 11 – Percentagem das tipologias das ações de 2016

O Fundo de Apoio à Estratégia Nacional (FAPE), destacou-se como um grande motor de promoção de ações e uma ferramenta de dinamização e envolvimento das organizações da sociedade civil na implementação das prioridades previstas na Estratégia Nacional, nomeadamente de associações ciganas, representando as atividades desenvolvidas pelos 21 projetos FAPE aprovados, cerca de 13,4% do total de atividades realizadas no âmbito da ENICC neste ano.

4.2 Descrição da execução acumulada 2013-2016

Quando tido em conta a execução acumulada entre os anos 2013 e 2016, ou seja, toda a execução reportada até ao momento pelos vários Pontos Focais da ENICC, foram reportadas 1173 ações neste período. Neste sentido, observa-se que é o Eixo Transversal aquele que oferece um maior contributo global em termos do número de ações, representando 49,4% do total das ações, seguido do Eixo da Saúde (40,3%).

Eixo	N.º	%
Transversal	580	49,4
Educação	66	5,6
Habituação	11	0,9
Emprego e Formação	43	3,7
Saúde	473	40,3
Total	1173	100

Fig. 12 – Percentagem e número de ações acumulados por Eixo (2013-2016)

Quando se aprecia a tipologia de ações implementadas desde o início da ENICC é possível verificar que, no cômputo geral, as ações de formação, informação e sensibilização perfazem quase dois terços do total das ações implementadas, seguido por 28,9% de ações que se prendem com a implementações de atividades e/ou projetos bem como parcerias.

Tipologia de ações	%
Formação/sensibilização/campanhas	59,1
Implementação Projetos/parcerias	28,9
Criação de recursos/linha de financiamento	9,5
Disseminação/divulgação	1,9
Diagnóstico/preparação	0,6
Outras	0,1
Total	100

Fig.13 – Percentagem das tipologias das ações acumulados (2013-2016)

4.3 Sobre as Taxas de execução e de concretização da ENICC

Quando considerados os dados globais de execução da ENICC até ao momento, entre 2013 e 2016, estando a ENICC a meio do seu período de implementação, verifica-se uma taxa de execução de 94,1% do previsto para o período decorrido, ou seja realizou-se até momento a grande maioria do número total de ações previstas até 2016.

Todavia, conforme já referido, importa salientar que esta taxa se deve, em grande parte, a uma elevada execução de ações no âmbito do Eixo Transversal e no Eixo da Saúde, cuja execução é, para muitas das medidas, superior ao previsto em sede de definição da ENICC.

Eixos	Taxa de execução das medidas face ao esperado para o período 2013-2016
Transversal	275,1
Educação	10,7
Habituação	3,6
Emprego e Formação	34,5
Saúde	273,8
Total	94,1%

Fig.14 – Percentagem das taxas de execução das medidas

Por sua vez, a taxa de concretização das metas da Estratégia, confrontando o total de metas e as concretizadas entre 2013-2016 é de 25,7%, ou seja, 38 metas estão já concretizadas, encontram-se em concretização 73 metas, o que corresponde a 49,3%, sendo que 25% (37 metas) não se encontram iniciadas.

Importa ter em conta que a grande maioria das metas estão definidas para uma implementação continua entre 2013 e 2020 o que justifica que apenas um quarto esteja já concretizado e quase metade esteja em concretização. Na verdade, 71,6% das metas estabelecidas na ENICC (106 em 148) têm uma implementação que decorre entre 2013 e 2020.

Por outro lado, 25% das metas encontram-se por iniciar ou sem informação disponível, porque a monitorização da sua implementação colide com o princípio da não identificação e contabilização dos seus participantes nas atividades e projetos previstos no âmbito da ENICC segundo a sua etnia. Por essa razão, a Direção Geral de Educação encontra-se a aguardar resposta ao envio de ofício à Comissão Nacional de Proteção de Dados, tendo em vista a obtenção de um parecer prévio acerca da proposta de questionário a enviar aos agrupamentos de escolas para recolher dados estatísticos sobre a situação escolar dos alunos ciganos, dando cumprimentos a um conjunto vasto de metas previstas no Eixo da Educação.

Como se pode constatar pelo quadro abaixo, o Eixo Transversal regista a proporção de metas concretizadas mais elevadas, seguido pelo Eixo do Emprego e Formação, com um terço das metas já concretizadas.

Eixo	Não iniciada/ sem informação disponível	Em concretização	Concretizada	Total
Transversal	10,8	27,4	55,3	30,4
Educação	35,1	47,9	5,3	33,8
Habitação	13,5	5,5	2,6	6,8
Emprego e Formação	37,8	15,1	31,6	25,0
Saúde	2,7	4,1	5,3	4,1
Total	25,0	49,3	25,7	100,0

Fig.15 – Estado de concretização das metas por Eixo (%)

4.4. Sobre as Metas e Prioridades atingidas

Em resultado da taxa de concretização referida na seção anterior, há a reportar, até ao momento, a concretização das seguintes prioridades:

Eixo	Ponto Focal responsável	Prioridade concretizada
Transversal	ACM	<i>Prioridade 3. Promover o combate à discriminação e a sensibilização da opinião pública</i>
		<i>Prioridade 5. Incentivar a participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania</i>
		<i>Prioridade 6 - Apoiar iniciativas/projetos de organizações da sociedade civil e da Academia</i>
	DGRS/PSP/GNR	<i>Prioridade 10. Promover a integração das forças de segurança e serviços da justiça nas parcerias locais</i>
		<i>Prioridade 11. Divulgar a Estratégia Nacional junto dos efetivos territoriais das forças de segurança e serviços de justiça</i>
ACM	<i>Prioridade 12 – Promover a formação de mediadores socioculturais ciganos</i>	
Habituação	IHRU	<i>Prioridade 26 – Melhorar o conhecimento da situação habitacional das comunidades ciganas</i>
Saúde	DGS	<i>Prioridade 37 – Promover ações de formação/informação sobre educação para a saúde e serviços disponíveis</i>

Fig. 16 – Prioridades concretizadas (2013-2016)

Atualmente, de acordo com a atividade reportada pelos pontos Focais da Estratégia, as seguintes metas já foram concretizadas:

Eixo	Prioridade enquadradora	Meta atingida
	<i>Prioridade 1. Criar um Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas</i>	<i>Criação de um Grupo Consultivo em 2013.</i>
	<i>Prioridade 2. Realizar um estudo nacional, de carácter transversal, que permita conhecer a situação social, económica e cultural das comunidades ciganas e promover diversos estudos no âmbito das ciências sociais</i>	<i>Realização de um estudo nacional, até 2014.</i>
		<i>Criação do Observatório das Comunidades Ciganas, até 2014</i>

Transversal	<p>Prioridade 3. Promover o combate à discriminação e sensibilização da opinião pública</p>	<p><i>Realização de, pelo menos, 24 ações de formação/sensibilização, até 2020.</i></p>	
		<p><i>Realização de três campanhas de combate à discriminação junto da opinião pública, até 2020.</i></p>	
		<p><i>Envolvimento de 6000 crianças, jovens e os seus familiares, até 2020.</i></p>	
		<p><i>Realização de atividades tendentes a facilitar a inclusão social de crianças, jovens e seus familiares, em 100 projetos locais, até 2020.</i></p>	
	<p>Prioridade 5. Incentivar à participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania</p>	<p><i>Realização de 4 ações de formação sobre associativismo, até 2015.</i></p>	
		<p><i>Realização de 4 ações de formação sobre gestão de projetos, até 2015.</i></p>	
		<p><i>Realização de 6 ações de formação, até 2017.</i></p>	
		<p><i>Atribuição de apoio financeiro a 8 projetos de associações ciganas, até 2020.</i></p>	
	<p>Prioridade 6. Apoiar iniciativas/projetos de organizações da sociedade civil e da Academia</p>	<p><i>Atribuição de apoio financeiro a 8 iniciativas/projetos de organizações de sociedade civil, até 2020.</i></p>	
		<p>Prioridade 7. Valorização da história e cultura ciganas</p>	<p><i>Realização de 20 formações em história e cultura ciganas.</i></p>
			<p><i>Realização de 16 formações em diálogo intercultural no âmbito da Bolsa de Formadores do ACM, I.P.</i></p>
			<p><i>Atribuição de financiamento a seis iniciativas/projetos na área da promoção da cultura cigana, até 2020.</i></p>
<td> <p><i>Realização de, pelo menos, 12 ações de sensibilização para a revitalização e apoio das atividades tradicionais ciganas, até 2020.</i></p> </td>	<p><i>Realização de, pelo menos, 12 ações de sensibilização para a revitalização e apoio das atividades tradicionais ciganas, até 2020.</i></p>		
Transversal	<p>Prioridade 9. Investir em estratégias de empoderamento das mulheres ciganas através da mediação e do associativismo femininos</p>	<p><i>Incentivo ao associativismo cigano, até 2020.</i></p>	
	<p>Prioridade 10. Promover a integração das forças de segurança e serviços da justiça nas parcerias locais</p>	<p><i>Estabelecimento de parcerias locais para 100% dos convites formulados junto das forças de segurança e serviços de justiça.</i></p>	
	<p>Prioridade 11. Divulgar a Estratégia Nacional junto dos efetivos territoriais das forças de segurança e serviços de justiça</p>	<p><i>Divulgar a Estratégia Nacional junto dos efetivos territoriais das forças de segurança e serviços de justiça.</i></p>	
	<p>Prioridade 12. Promover a formação de mediadores socioculturais ciganos</p>	<p><i>Realização de quatro ações de formação de mediadores, até 2020.</i></p>	

	Prioridade 14. Sensibilizar as instituições públicas para a mediação intercultural, enquanto estratégia promotora de serviços mais inclusivos	<i>Realização de pelo menos duas formações anuais em áreas específicas, até 2020.</i>
Educação	Prioridade 22. Prevenir o abandono escolar precoce	<i>Estabelecimento de parcerias em 10 agrupamentos e/ou TEIP, até 2016.</i>
		<i>Estabelecimento de parcerias em 20 agrupamentos e/ou TEIP, até 2020.</i>
Habitação	Prioridade 26. Melhorar o conhecimento da situação habitacional das comunidades ciganas	<i>Promoção de, pelo menos um estudo, até 2020.</i>
Emprego e Formação	Prioridade 30. Promover um maior conhecimento das comunidades ciganas	<i>Identificar potenciais destinatários da iniciativa, em 2013.</i>
		<i>Promover a inscrição nos Centros de Emprego de ciganos desempregados e ou à procura do 1.º emprego, ou proceder à atualização dos registos já existentes, em 2013.</i>
		<i>Fazer o levantamento de intervenções anteriores e encaminhamento para medidas de formação e/ou emprego, em 2013, com início logo após a conclusão da fase anterior. 10 ações (3 em 2013 e 1 por ano, até 2020.</i>
		<i>Promover ações de sensibilização junto dos profissionais dos serviços locais de emprego e formação.</i>
Emprego e Formação	Prioridade 31. Capacitar os serviços e adequar respostas formativas às especificidades das comunidades ciganas	<i>Realização de ações de formação a partir do 2.º semestre de 2013;</i>
		<i>Identificar as necessidades de formação e ajustar as ferramentas existentes, em 2013, com repetição sempre que se identifiquem novas necessidades de formação.</i>
	Prioridade 32. Potenciar o acesso ao emprego por conta de outrem e à criação do próprio emprego	<i>Contratualizar as ações a implementar, em 2013.</i>
		<i>Ajustar em ofertas de emprego disponíveis, início em 2013.</i>
		<i>Recorrer à rede Gabinete de Inserção Profissional (GIP) como complemento dos Centros de Emprego, 2013 e anos seguintes.</i>
		<i>Ativar a medida Contrato Emprego Inserção (CEI +), início em 2013.</i>
		<i>Ativar o Programa Estágios Profissionais – qualificação mínima nível 2 (candidatos com mais de 30 anos); nível 4 (candidatos até 30 anos), início em 2013.</i>

	<p>Prioridade 33. Aumentar as qualificações profissionais com vista à integração no mercado de trabalho</p>	<p><i>Adquirir, reforçar e reconhecer as qualificações para a integração profissional (por via da frequência de formação profissional e de processos de RVCC). 300 intervenções individuais de orientação, até 2020.</i></p>
	<p>Prioridade 36. Desenvolver ações de informação/sensibilização e de divulgação de boas práticas</p>	<p><i>Promover ações de informação/sensibilização. Quatro ações, até 2020.</i></p>
Saúde	<p>Prioridade 37. Promover ações de formação/informação sobre educação para a saúde e serviços disponíveis</p>	<p><i>Promoção de 10 campanhas de informação adaptadas às especificidades das comunidades ciganas, 5 até 2016, e 5, até 2020.</i></p>
	<p>Prioridade 38. Contribuir para ganhos em saúde das comunidades ciganas, apostando na prevenção</p>	<p><i>Realização de cinco sessões por ano de informação/sensibilização sobre maternidade precoce, acompanhamento pediátrico, hábitos de alimentação saudáveis, com a colaboração dos serviços e organizações da sociedade civil que trabalham nesta área, até 2020.</i></p>

Fig. 17 – Metas concretizadas (2013-2016)

4.5 Considerações finais

Um dos desafios à implementação da Estratégia Nacional, identificado no exercício de avaliação anterior, face à complexidade dos problemas a trabalhar, foi a necessidade de envolvimento de um conjunto alargado de entidades públicas e privadas para a concretização das várias prioridades previstas em cada uma das áreas.

Neste quadro, os pontos focais sinalizaram a necessidade de reforço da cooperação e articulação dos vários Pontos Focais da ENICC e as organizações da sociedade civil, para a concretização de alguns dos objetivos estabelecidos.

Assim, em 2016, o Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (FAPE), teve um papel essencial quer na promoção de ações, quer na dinamização das organizações da sociedade civil (81 em 605 das ações desenvolvidas em 2016 foram realizadas através do FAPE).

Desde a sua aprovação em 2013, 2016 foi o ano com maior concretização de medidas da Estratégia Nacional, continuando o Eixo Transversal a ser o eixo com maior peso no que se relaciona com as ações desenvolvidas e registando o mesmo eixo a proporção de metas concretizadas mais elevada.

Representa um desafio ainda significativo para a ENICC, que deverá ser ultrapassado a curto prazo, o fato de 25% (37 metas) se encontrarem por iniciar ou sem informação disponível sobre a sua realização. É de lembrar ainda a importância das ações que já se iniciaram, continuarem a decorrer nos próximos anos, atendendo que várias estão definidas para uma implementação contínua até 2020.